

**AMÉRICA DO SUL PROGRESSISTA: FIM DE UM CICLO OU PROCESSO
ABERTO?**

Rafaela Rodrigues Andrade
rafaela3105@gmail.com
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Área temática: Economia Política, Política Internacional e Relações
Internacionais

Trabalho preparado para apresentação no X Congresso Latino-americano de
Ciência Política da Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP),
em coordenação com a Associação Mexicana de Ciência Política (AMECIP),
organizado em colaboração com o Instituto Tecnológico de Estudos Superiores
de Monterrey (ITESM), em 31 de julho e 1, 2 e 3 de agosto de 2019.

Resumo

As sucessivas ditaduras que marcaram os anos 1980 – conhecida como a “década perdida”- deixaram um legado de atraso e exclusão social na América do Sul. O fim do século passado e o início do século XXI trouxeram mudanças de grande proporção, com os sucessivos governos de esquerda que encabeçaram projetos políticos diferentes em cada país, porém convergentes na estratégia democrática de promover a inclusão social, reduzir a pobreza e fomentar um desenvolvimento mais equitativo. Estes governos progressistas alcançaram marcas históricas importantes: mais de 60 milhões de sul-americanos saíram da condição de pobreza extrema, por exemplo. Em outro plano, o discurso da integração regional avançou rumo a uma maior integração política, favorecendo a paz e as iniciativas de cooperação sul-sul entre os vários países do continente e do Sul Global. Neste contexto, outro legado importante remete à participação da sociedade civil nas políticas de Estado em diversos fóruns de discussão onde tampouco havia espaço no passado, como nas pautas de política externa e segurança. Entre avanços e retrocessos, atualmente a América do Sul assiste a uma ofensiva conservadora que ameaça desacreditar as forças sociais e políticas que promoveram essas reformas estruturais profundas nos últimos anos. Os fatores que intervêm neste cenário são diversos e pouco regulares. Além disso, a América do Sul sofre com um déficit histórico de análises, estudos e acompanhamento da conjuntura na região. A necessidade de avançar na direção de projetos emancipatórios mais duradouros e de conter a ofensiva conservadora depende dessas análises e, evidentemente, dos impulsos das atuais lutas sociais em curso na região. Este trabalho reúne e apresenta variáveis importantes entre o passado e a presente situação política sul-americana, com o objetivo de traçar uma linha de análise sobre o fim de um ciclo histórico da esquerda no continente ou um processo aberto em construção. Por fim, abre-se um campo de reflexão sobre partidos políticos, mídia, poder judiciário e sociedade civil, com cada vez mais importância teórica e prática na construção do futuro que se projeta para a América do Sul.

Palavras-chave: América do Sul, Integração Regional, Movimentos Políticos, Relações Internacionais.

Contramaré

Desde o início dos anos 2000, a maioria dos países da América do Sul passou por mudanças políticas de grandes proporções. Sob o eixo do progressismo – termo que se traduz de forma diferente a depender de características específicas que distinguem os líderes de cada país e os governos que se iniciaram – novos protagonistas surgiram no continente sul-americano. Entre ativos e passivos, avanços e retrocessos, sucessos e fracassos, é preciso analisar o que levou a região a romper com uma história de atraso e exclusão social, e, mais urgente, é preciso trazer à mesa as razões do caminho inverso: a atual marcha do continente rumo à nova direita – ou ainda, direita populista

(Saraiva & Gavião, 2018) – justamente após ter rompido com os ideais do neoliberalismo no início do século XXI.

Hugo Chávez na Venezuela, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet no Chile, Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil, Néstor Kirchner e Cristina Fernández na Argentina, Tabaré Vázquez e Pepe Mujica no Uruguai, Rafael Correa no Equador e Evo Morales na Bolívia. Após a “década perdida” dos anos 1980 e das políticas neoliberais em boa parte dos anos 1990, todos representaram uma mudança substancial na realidade de cada país. As forças sócio-políticas confrontadas nas décadas anteriores emergiram e consolidaram maiorias sólidas, promovendo reformas significativas e avigorando a democracia e os processos de mudança política através da representação popular.

Enquanto um continente de história democrática pouco estável e de uma sociedade extremamente desigual, o eixo comum do novo projeto da esquerda sul-americana baseou-se na inclusão social e na redução das desigualdades. Se olharmos para o colapso do comunismo soviético e para a crise da social democracia europeia, a onda de governos progressistas sul-americanos surgiu como um norte (ou seria um sul?) para a esquerda no cenário global. Neste contexto, é preciso entender as diversas etapas que constituíram o ciclo progressista na América do Sul, único continente que se uniu na tentativa de construir alternativas a padrões mais agressivos de acumulação de riqueza através de políticas neoliberais.

Com a queda do Muro de Berlim e a desintegração do projeto comunista, o cenário de 1989 a 1998 favoreceu o capital financeiro, minimizando conquistas trabalhistas e avanços sociais. Entretanto, o levante zapatista de 1994 e outras frentes de resistência começaram a brotar na América do Sul. O caos social promovido pelo neoliberalismo provocou uma crise na hegemonia das elites políticas e econômicas, abrindo espaço para o surgimento de novos projetos. Hugo Chávez, na Venezuela (1998), Lula da Silva, no Brasil (2002) e Nestor Kirchner, na Argentina (2003), iniciaram a ofensiva progressista. Em seguida, novas vitórias se sucederam nas urnas: Evo Morales, na Bolívia (2005) e Rafael Correa, no Equador (2006). No auge do anti-imperialismo no continente, afirmava-se o caráter socialista da Revolução Bolivariana, com a Revolução Democrática e Cultural na Bolívia e a Revolução Cidadã no Equador, com o socialismo comunitário e o “Bem Viver” como horizontes da época (Klachko e

Arkonada, 2017). Em seguida, a América Central se uniu ao núcleo progressista com os governos de Daniel Ortega, na Nicarágua (2007) e da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional, em El Salvador (2009). A vitória de Fernando Lugo (2008) e a virada progressista de Manuel Zelaya, em Honduras, fortaleceram ainda mais a ofensiva da esquerda na região.

O fim da primeira década do século XXI trouxe os primeiros sinais de fragilidade na sustentação dos governos progressistas. Os “golpes brancos” perpetrados pela direita através das próprias instituições democráticas do Estado liberal tiveram êxito em Honduras (2009) e no Paraguai (2012). Paralelamente, cresceu a influência multipolar da Rússia e da China na região. Em junho de 2009 nasceu o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), com a incorporação da África do Sul em abril de 2011, se contrapondo ao projeto de poder dos Estados Unidos no continente.

A morte de Hugo Chávez em março de 2013 abriu mais uma crise no projeto da esquerda sul-americana, seguida por sucessivas derrotas significativas: Sebastián Piñera obteve a vitória em 2010 e pôs fim a 20 anos de governo da Concertación. Em junho de 2012, o presidente Lugo foi destituído por um golpe parlamentar. Em novembro de 2015, Maurício Macri derrotou Daniel Scioli, candidato do Kirchnerismo. Em 2016, mais duas derrotas. Evo Morales perdeu o referendo sobre a reeleição em fevereiro e, em agosto, Dilma Rousseff foi destituída do cargo. Por fim, 2018 consolidou a maior ameaça ao projeto progressista na América do Sul: Jair Bolsonaro, candidato da extrema-direita com pinceladas fascistas, venceu as eleições presidenciais no Brasil derrotando Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores, que substituiu Lula da Silva, impedido pela justiça de concorrer.

As reformas constitucionais do núcleo duro bolivariano (Venezuela, Bolívia e Equador) até agora vêm impedindo a retomada conservadora nestes países. O mesmo não aconteceu em outros locais estratégicos da região, como Brasil e Argentina, que amargaram derrotas progressistas para novos perfis partidários e ideológicos. É preciso entender o que é essa nova direita, aparentemente um projeto não definido, que mais explora os erros e as fraquezas dos governos anteriores. A exemplo, na Argentina, um político gestor cujo o objetivo é maximizar a concentração de riqueza, e, no Brasil, um militar

conservador que defende publicamente torturadores da ditadura militar, fere direitos civis e propaga discursos com componentes agressivos de nacionalismo.

O objetivo deste artigo é analisar a inflexão da escalada progressista na América do Sul através dos meios de ação da ofensiva conservadora, manifestados em três esferas. Procura-se apresentar, inicialmente, uma breve discussão sobre os governos de esquerda, seus aspectos gerais e embaraços. Posteriormente, examina-se a convergência de estratégias que viabilizaram a ascensão da nova direita no continente. No todo, o artigo não pretende fazer uma análise específica de governos e países, e, mais importante, tampouco utiliza conceitos como “esquerda” ou “nova direita” de forma homogênea, dada as características híbridas da região.

As últimas derrotas progressistas no Brasil e na Argentina e a crise crescente na Venezuela explicitam o cenário de tensão e evidenciam a correlação de forças subjetivas e objetivas na região. São muitas as variáveis desse novo cenário sul-americano. O momento político reforça uma direita fortalecida democraticamente no plano eleitoral e uma esquerda que precisa iminentemente reinventar um projeto político e estar nas ruas. Substancialmente, os revezes progressistas sofridos não devem ser atenuados, mas usados como autocrítica para abrir um novo ciclo, com projetos populares emancipatórios sustentáveis a longo prazo e em duas vertentes: I) que corrijam, de forma urgente, os erros passados e em curso e II) que proponham algo novo e revigorado nos eixos estratégicos onde uma grande massa popular desacreditada migrou para a oposição ou, no mínimo, para o abandono político.

A descontinuidade da “onda rosa”

A chamada “década de ouro” da América do Sul (2003-2013) representou uma convergência promissora entre democracia, crescimento econômico, redução da dívida externa e diminuição da pobreza. Nesse particular, um êxito histórico: em torno de 60 milhões de sul-americanos deixaram a pobreza. Por certo que esses governos progressistas – ou, ainda, “onda rosa” – se beneficiaram do *boom* das *commodities*, com os altos preços das matérias primas exportadas. Entretanto, a vontade política de avançar em temas de

inclusão social e de redução das desigualdades foi o que traduziu a pujança econômica em melhoria efetiva nas condições de vida da população. Em épocas passadas, o auge dos preços das matérias primas não abriu frentes de distribuição desses recursos, muito concentrados nas elites dominantes.

A mudança na estrutura social de alguns países trouxe à cena um desafio: a emancipação da classe média de origem popular. Com mais acesso às formas de consumo, esses setores sociais absorveram demandas das elites. Atualmente, já não se contentam somente com acesso básico à saúde, educação e segurança. Pleiteiam serviços de alta qualidade e novas aspirações de consumo. Ideologicamente, assumiram o discurso neoliberal de que o progresso alcançado é mérito direto de seus esforços pessoais e não de políticas públicas de Estado. É como se o governo tivesse atuado como um grande provedor que se relaciona com consumidores na sociedade (Ominami, 2017). Por fim, essa relação de consumo não gera adesões sólidas, muito menos consciência política de classe.

Enumerar as razões que foram aos poucos debilitando os governos de esquerda na América do Sul não é simples, são muitas as variáveis envolvidas e em vários planos, como crise econômica e política, corrupção, baixos indicadores, além de má gestão e arbitrariedade de alguns governos, como o da Venezuela. Além disso, um fator significativo é a deficiência na renovação dos quadros da força política progressista, muito dependente de figuras tidas como insubstituíveis: algumas já desgastadas por situações diversas, como Lula da Silva por Dilma Rousseff no Brasil; outras dramaticamente complexas, como Hugo Chávez por Nicolás Maduro, levando a Venezuela a uma crise de grandes proporções continentais.

Alguns outros casos somam-se a esse desfalecimento. Cristina Fernández mostrou-se tecnicamente capaz de suceder Néstor Kirchner, mas não para eleger o seu sucessor. Tampouco Evo Morales conseguiu um substituto natural e se vê frequentemente obrigado a dispor de manobras constitucionais polêmicas. No Chile, Michelle Bachelet foi substituída por Sebastián Piñera, a primeira derrota da frente de centro-esquerda Concertación em 20 anos. No Equador, Rafael Correa tornou possível a sucessão de Lenin Moreno, porém, seu substituto não tem se mantido tão alinhado ao projeto progressista. De forma mais consolidada, a esquerda uruguaia vem se

revezando entre Tabaré Vasquez e Pepe Mujica ao longo dos últimos anos. A vigorosa guinada à esquerda ficou por conta da vitória de López Obrador, em julho de 2018, no México, segunda maior economia da América Latina. Por fim, a tônica da região tem sido muito mais de debilidade e ostracismo na renovação do quadro político progressista do que de continuidade e sustentação de um projeto popular nacional.

Na economia, os governos progressistas tiveram um desempenho superior aos seus antecessores com as experiências cambiais e o equilíbrio macroeconômico. No entanto, não avançaram rumo à uma transformação produtiva para bens de maior valor agregado nas políticas de desenvolvimento. Em alguns casos houve, inclusive, uma involução. Ao contrário da diversificação da produção, reforçou-se a dependência de bens primários e de um número reduzido de recursos naturais. Em sequência, o domínio do capital financeiro e das grandes empresas transnacionais afetaram o preço das *commodities* agrícolas e minerais, fonte de recursos de muitas políticas públicas, desencadeando uma crise econômica, política e social. Além disso, ao elevar seu padrão de renda e poder de consumo, as classes médias de origem popular interiorizaram vontades, preferências e anseios de outras classes, fomentando novas ideologias e afastando-se de seus projetos emancipatórios de origem. Por fim, novas vias de resgate das elites se abriram de forma pacífica, pautadas em manobras legalistas, judiciais e numa guerra psicológica midiática.

No âmbito da integração regional, os avanços políticos e sociais dos governos progressistas foram substancialmente grandes, especialmente pela ascensão do regionalismo pós-liberal guiado pelo MERCOSUL e UNASUL. Entretanto, o plano comercial e produtivo apresentou poucos avanços. A ausência destes esforços acelerou a integração direta com os grandes centros mundiais, a começar pela China. Este processo, no entanto, é subordinado. Enquanto os países desenvolvidos se especializavam na exportação de produtos com alto valor tecnológico, os sul-americanos continuavam na dependência de recursos naturais baratos e bens de baixo valor.

Conceber uma proposta de integração continental em uma região marcada por tendências nacionalistas é algo complexo, evidentemente. Mas o projeto sul-americano ainda difere bastante do europeu, onde nacionalismo e integração são dois termos que não se correlacionam. O nacionalismo de

Mussolini, Hitler, Franco, Salazar, ou daqueles presentes na região até a atualidade, diferem, em grande medida, dos projetos de integração solidária da América do Sul e Latina. O nacionalismo de Cárdenas, Perón, Vargas, Allende, entre outras manifestações mais recentes, são caracterizados por uma grande dimensão integracionista (Klachko & Arkonada, 2017). Nesse particular, reafirma-se o entendimento de John Hutchinson (2005) sobre a ideia de nação. Elas são potentes porque são capazes de mobilizar sentimentos poderosos e de formular novas rotas e estratégias de ação para navegar pelos caminhos incertos do mundo moderno e globalizado.

No todo, os avanços parecem poucos diante das necessidades urgentes do continente. Entretanto, é preciso fomentar a consciência de que estes governos abriram um ciclo de desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social nunca antes vistos na região. Somam-se a isso a integração da sociedade civil aos debates principais do Estado. Essa nova configuração não convive pacificamente com um *establishment* ávido para reassumir um novo projeto neoliberal, atualmente muito focado na redução ampla de direitos e na apropriação ideológica através de uma guerra psicológica midiática, como no caso brasileiro.

Impactos socioeconômicos

De um modo geral, a evolução sul-americana no plano econômico e social apresenta algumas características comuns, apesar de governos distintos. Conforme citado anteriormente, a primeira delas é a prosperidade econômica no início dos anos 2000. Superadas as crises monetárias e financeiras, que alcançaram o ápice com o colapso da economia Argentina em 2001-2002, a região se beneficiou de bons ventos. Uma segunda característica comum é a repercussão dos efeitos do crescimento econômico no plano das estruturas sociais e políticas de cada país. As transformações em curso possibilitaram uma forte expansão da (tão mencionada) classe média e impulsionaram alguns setores menos favorecidos da população a dispositivos de acesso fundamentais, como moradia, saúde, educação, consumo e crédito.

Como efeito, essa evolução social acarreta transformações políticas, já que os setores da sociedade passam a se organizar em torno de novas demandas, como serviços de alta qualidade. Apesar de algumas semelhanças, é difícil comparar a expansão da classe média no Brasil (uma das sociedades mais desiguais do mundo) com os casos de Argentina e Uruguai, países de tradição um pouco mais igualitária, onde a classe média possui afinidade com uma administração pública de qualidade.

Uma terceira característica comum à região entre os anos de 2003 e 2013 foi a tendência de um papel mais ativo do Estado, provavelmente em oposição aos excessos negativos em matéria de liberalismo, privatizações e desregulações em curso nos anos 1990. Esta tendência se manifestou em âmbitos específicos do novo ciclo: em particular, programas sociais de luta contra a pobreza e as desigualdades sociais foram empenhados de perto pelos Estados e se transformaram no principal ícone desenvolvimentista da região.

A quarta característica se relaciona com a evolução (ou não) das estruturas produtivas de países da América do Sul. A bonança econômica do início do século XXI, pautada nos altos preços das matérias-primas e na entrada de capital, precipitou sintomas de reprimarização das estruturas produtivas de vários países. Este tipo de crescimento pouco favorável à longevidade foi ainda mais fragilizado com a chegada da crise econômica de 2013 no cenário internacional. A ausência de transformações mais definitivas na estrutura produtiva dos países confinou a região aos recursos provenientes dos setores e bens de baixo valor agregado em detrimento dos de alto valor.

Um trabalho da CEPAL (2014)¹ analisou as inter-relações entre as capacidades redistributivas de vários países, considerando o gasto público social, as estruturas produtivas vigentes e os ganhos em redução de desigualdade social. Ao analisar os diversos grupos, embora os gastos sociais atrelados ao percentual do PIB sejam heterogêneos na América do Sul, em termos gerais, os efeitos diretos sobre a distribuição dos rendimentos na região são muito limitados, evidenciando uma posição muito fraca sul-americana em termos de produtividade e combate à desigualdade social. Neste particular, se

¹ Cepal. (2014). *Pactos para la igualdad, Hacia un futuro sostenible*, Trigésimo Quinto período de sesiones de Cepal.

http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36692/6/LCG2586SES353s_es.pdf

considerarmos os países da América do Sul que mais investiram em infraestrutura possível de ser convertida em modernização e complexidade produtiva entre 2000 e 2013, Bolívia e Equador são grandes exemplos.

No centro do debate sobre o modelo produtivo e as estratégias de desenvolvimento está o investimento estrangeiro. Há muitas críticas sobre essas medidas de incentivo por parte dos governos, entretanto, já não é possível desviar da necessidade de investir em tecnologia de alto nível para o bom andamento de ramos produtivos importantes nos países em desenvolvimento. Em Cuba, essa necessidade já foi reconhecida há tempos, promovendo a constituição de empresas mistas nas quais o Estado detém 51% de propriedade e com isso assegura o seu controle. A Venezuela fez algo parecido na bacia petrolífera da faixa do Orinoco. Para elevar sua produção de petróleo, o governo começou a empreender joint ventures em petróleo pesado da região, uma das maiores reservas não exploradas do mundo. Na Bolívia, a questão é discutida dentro do documento da “Agenda Patriótica” para 2025, onde defende-se que com um maior investimento estrangeiro é possível fortalecer a economia de forma plural, respeitando a soberania e investindo os lucros no próprio território boliviano. Não há meios de se esquivar: reformas capitalistas são necessárias para trazer divisas aos países, já que muitas tentativas de desenvolvimento nacional esbarram na dependência tecnológica herdada de uma história colonial de atrasos.

O caso venezuelano é um bom exemplo de matriz produtiva frágil em um país com grande capacidade energética. Soma-se a isso uma gestão financeira caótica, com o aumento da dívida pública (inclusive nos anos onde a região estava em franca expansão), seguido por uma grave crise política e social. Além disso, após um 2018 tumultuado, a América Latina segue a passos lentos e com as três maiores economias da região submersas em incertezas para 2019. Enquanto Brasil e México rompem o ano com novos presidentes fora do *establishment*, a Argentina terá pela frente uma eleição incerta, com risco de não reeleição do atual presidente Mauricio Macri.

Construção de poder popular

Infelizmente, convive-se com um déficit histórico de pesquisas e análises que nos ajudem a compreender a conjuntura sul-americana e suas transformações, seja nas lutas sociais, nos movimentos populares, nos partidos e até na academia. Habitualmente, analisa-se a “luta de baixo”, referindo-se às classes populares, e a “luta de cima”, como o atual sinônimo da luta institucional, de disputas de poder para liderar o país. Assim, a base principal de análise passa a ser a derrota da hegemonia liberal da década de 1990 partindo do povo, que promoveu mudanças democráticas em todo o continente.

Neste contexto, pode-se dizer que o sujeito coletivo da história são as classes que se organizam para atuar em um determinado momento histórico, vinculadas a graus de consciência que têm de si, e produzindo enfrentamentos sociais com múltiplas relações de poder (Carrera, 2008). Segundo Marx (1975), os diferentes indivíduos só constituem uma classe quando se veem obrigados a travar uma luta com outra classe. É no enfrentamento, portanto, que os grupos sociais se expressam e interagem na sociedade dentro de cada classe social. Desse modo, é importante analisar a origem dessa luta antes de focar as lentes somente nas organizações que resultam desse processo, como partidos, sindicatos e alianças políticas.

Na teoria, Lenin (1975) afirmava que as massas se mobilizavam de forma espontânea na luta por seus direitos, mas essa consciência revolucionária provém do partido, enquanto organização profissional e união de classe dos trabalhadores. É ele que consegue conectar os líderes com a classe e as massas em um todo único e indissolúvel (Lenin, 1975b). Ainda neste exercício científico social, Gramsci (1975) defendeu que se a organização política é a expressão dos interesses das classes sociais, considera-se que um partido terá tido maior ou menor significado e importância na medida em que sua atividade particular tenha sido mais ou menos relevante na determinação da história de um país. Até aqui, é possível notar que os processos de resistência na América do Sul refletem todos estes elementos, cenários e horizontes na primeira década dos anos 2000.

O metabolismo histórico do capitalismo tem se baseado na lógica da auto expansão, defendida por Marx em *O Capital*. Em outras palavras, capital só serve para acumular mais capital. Para isso, tem subordinado as relações sociais de produção e seus próprios processos de produção e distribuição. Esse conceito de acumulação é a base do modelo capitalista neoliberal, cuja aplicação se deu com a superacumulação capitalista dos anos 1970, seu desenvolvimento nos anos 1980, a posterior consolidação nos anos 1990 e o início da crise na virada para o século XXI.

Consolidou-se, assim, o discurso ideológico da “mão invisível” do mercado como vencedora, impulsionado pelo fim da Guerra Fria e pela queda do socialismo. As privatizações abriram novos espaços para a acumulação de capital em territórios até então não tão rentáveis ou mercantilizados (água, transporte, educação, moradia popular). As transações financeiras nos mercados internacionais passaram de 2,3 bilhões de dólares em 1983 a 130 trilhões em 2001 (Harvey, 2004). Uma grande soma de capital foi transferida da periferia para o centro. O Consenso de Washington e o Fundo Monetário Internacional foram alguns dos protagonistas dessa grande acumulação. Uma vez implantado o neoliberalismo, o Estado redistribuiu a riqueza das classes baixas para as classes altas, cortando o gasto público, provendo o desamparo social, aumentando impostos sob os salários e reduzindo impostos sobre os lucros e investimentos.

Em alguns países da América do Sul, como Argentina, a submissão aos grandes centros financeiros internacionais foi implementada de forma ampla, com a privatização de quase toda a totalidade dos serviços públicos, empresas estatais e fontes de recursos ou bens naturais e sociais. Em outros casos, como na Bolívia, foram realizadas as “capitalizações” das empresas públicas que, ainda que não privatizadas totalmente, cederam o controle político e o lucro às grandes corporações transnacionais. O discurso (usado até hoje) da suposta ineficácia das empresas e serviços públicos buscava justificar como “moderna” a subordinação estatal ao capital internacional e à economia mundial dos grandes centros.

Após a Revolução Cubana e a queda do sandinismo na Nicarágua, um impulso progressista importante de resistência foi a formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em janeiro de 1994, no México,

abrindo um novo ciclo de lutas na América Latina. Paralelamente, algumas disputas interburguesas se aprofundaram em meados dos anos 1990, com a chamada Crise da Tequila (México), o impacto da crise russa nos chamados Tigres Asiáticos, e o resultado da dependência externa de Brasil e Argentina, conhecidos como “Efeito samba” e “Efeito tango”. A crise dos “de cima” semeou um terreno fértil para a emergência dos “de baixo” (Klachko & Arkonada, 2017). Os governos progressistas e suas representações populares foram, sucessivamente, chegando ao poder em diversos países da América do Sul e Latina entre o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000.

Estes processos pelos quais passaram os países da América do Sul refletem uma nova formatação política, que não é aquela dos teóricos socialistas clássicos, com a ditadura do proletariado. Em vez disso, adotaram o formato de uma democracia liberal e suas formas político-institucionais (Klachko & Arkonada, 2017), ancoradas na legitimidade das forças populares sociais para chegar ao governo. Ao mesmo tempo que isso possibilitou a construção da hegemonia da esquerda em esfera nacional, essa democratização social, política e econômica também abriu brechas para novas articulações da elite dominante no meio ideológico, cultural, midiático e militar, minando a continuidade de vários governos progressistas na região. A ofensiva tem sido eficaz, a exemplo da eleição do presidente gestor-empresário Mauricio Macri na Argentina, em 2015, onde a arma crítica foi um discurso de marketing político capaz de mitigar a percepção de conquistas sociais importantes em mais de uma década de governos kirchneristas.

Um eixo importante desta análise é observar como se expressam os diferentes grupos sociais que interagem na sociedade em determinado momento histórico; evidentemente, isso fica claro nos momentos de conflito (Hobsbawn, 1994). Nessa linha, a ofensiva contra as esquerdas que chegaram ao poder gira em torno de um cenário democrático conturbado e propenso à corrupção e às instabilidades políticas, sociais e econômicas. Mais uma vez o caso brasileiro se faz presente: setores menos privilegiados que melhoraram de vida nos últimos anos ainda carecem de formação política e ideológica, assumindo, portanto, o conservadorismo fruto de suas novas posições sociais em prejuízo de direitos e avanços adquiridos justamente com as experiências de lutas populares.

Uma outra discussão importante que se abre frente a essa ofensiva conservadora que avança sobre a América do Sul é o que está por trás dessa nova direita. A retomada do projeto neoliberal – seja por eleições diretas ou por golpes contra a institucionalidade, como os casos de Paraguai (2012) e Brasil (2016) – trouxe um emaranhado de variáveis para os especialistas. Na Argentina, Mauricio Macri se apoiou no marketing político e constituiu uma base social aparentando certa informalidade e contato próximo com a população. O caso brasileiro não é diferente: Jair Bolsonaro é, ao mesmo tempo, ultraconservador e popular. Esta percepção de que existe um novo tipo de político inovador, que articula em seus discursos os anseios da sociedade com os interesses das elites e do capital financeiro, parece ter funcionado em certa medida. Historicamente, alguns traços característicos da direita se relacionam com ideais de individualismo, heroísmo, meritocracia e negação da diversidade (Bobbio, 1994). Significar, ou, ainda, ressignificar, os termos “esquerda” e “direita” é mais do que um exercício teórico, mas uma necessidade prática cada vez mais atual, se considerarmos os possíveis efeitos de uma guerra híbrida (Pinheiro & Lima, 2019), menos na vertente militar e mais no âmbito político.

A “maré azul”

Conforme já mencionado, o projeto de construção de poder político da esquerda na América do Sul foi progressivamente comprometido por diversos fatores subjetivos e objetivos: crise econômica, ausência de renovação dos quadros e das lideranças, incoerência política, miscelânea ideológica e desarticulação dentro das várias matrizes progressistas, escândalos de corrupção e os chamados golpes brancos. Soma-se a isso uma enorme fábrica de lobby e de informações que impactam diretamente a formação de preferências na classe média e em vários setores, incluindo os mais populares.

Os novos ventos que sopram na América do Sul têm um quê de retorno ao colonialismo, deixando de lado o entusiasmo da “Pátria Grande”. A lição sul-americana é que a democracia começa onde os menos favorecidos conquistam direitos, terra e comida, mas não basta. A classe média mantém uma atitude ambígua. Lula da Silva ganha votos no Nordeste do Brasil, mas perde em São Paulo. Pepe Mujica concentra eleitores fiéis na periferia pobre de Montevideu e

perde na costa uruguaia. Evo Morales ganha em El Alto, mas não em Santa Cruz.

Em meio a este terreno propício à instabilidade, a direita populista vai ganhando espaço em diferentes camadas sociais nos países sul-americanos. Este movimento vem se perpetuando por diversas vias: I) pressões ideológico-partidárias e manobras políticas internas, dificultando a aprovação de projetos de governos progressistas ou favorecendo a derrubada deles (golpes); II) meios de comunicação de massa, inclusive através do patrocínio de atores coletivos que influenciam a opinião pública, como foi o caso dos integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) e do movimento Vem Pra Rua no Brasil; III) formação e fortalecimento de novos partidos políticos de direita, como o Centro Democrático, na Colômbia de Ivan Duque, e o Propuesta Republicana, na Argentina de Mauricio Macri; IV) judicialização da política, a exemplo da empregabilidade do termo *law fare* no Brasil como uso de instrumentos jurídicos que visam prejudicar a imagem pública ou inabilitar inimigos políticos sem provas materiais efetivas; e V) discussão enviesada de temas que gozam de alto prestígio eleitoral, como corrupção e segurança, hipoteticamente abordados sem posicionamento ideológico e pautados de forma urgente e central nas agendas domésticas de cada país.

Uma outra explicação bastante relevante para a ascensão conservadora é, evidentemente, o colapso de credibilidade das esquerdas no continente, tendo sacrificado alguns de seus valores fundamentais em meio a busca pelo status quo, a exemplo do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, afundado em críticas entre os próprios militantes de esquerda. Avança, portanto, a teoria da “contrademocracia” (Ominami, 2017), com um sistema de desconfiança generalizado e impulsionado por fatores que se reforçam mutuamente. Legitimada pelos meios de comunicação de massa e, muitas vezes, pela atuação da justiça, a nova direita têm se aproveitado de um incômodo comum nos cidadãos sul-americanos: o abatimento moral. Esse sentimento de desconfiança reforça a retomada aos antigos valores e põe em risco avanços importantes dos governos progressistas, como, por exemplo, o aumento da participação da mulher em áreas fortes da sociedade (inclusive na presidência de países-chave, como Brasil, Argentina e Chile); a ênfase no combate à pobreza e à desigualdade em todos os continentes; a emergência das agendas

de meio-ambiente, saúde global, crises migratórias e direitos humanos; entre outros.

A trinca corrupção, mídia e justiça tem sido, portanto, o Triângulo das Bermudas no qual se perdeu a esquerda sul-americana da segunda década século XXI. É perfeitamente possível avaliar positivamente os governos progressistas frente às políticas de redução da desigualdade, estabilidade macroeconômica e promoção da inclusão social. Mas é eticamente inadmissível que haja desvios de corrupção nesse caminho. Não só por questões morais, mas pelo poder devastador que a corrupção tem de anular a discussão política, deslocando boa parte da população para o conservadorismo, para as falsas ideologias ou, no mínimo, para o ostracismo.

O protagonismo dos meios de comunicação é um fenômeno global, mas na América do Sul (e Latina) assumiu certas particularidades, especialmente após o surgimento de lideranças populares como Hugo Chávez, Pepe Mujica e Lula da Silva. Estes líderes desenvolveram a capacidade de se comunicar com a sociedade de maneira mais direta, para além dos meios institucionais, partidos e da imprensa. Não é necessariamente uma questão de ideologia, mas talvez de talento pessoal. Álvaro Uribe, por exemplo, revelou-se um líder conservador bastante carismático. Jair Bolsonaro tenta fazer o mesmo no Brasil, ainda que de forma desarranjada e lesiva.

O protagonismo progressista levou a uma crescente tensão entre os governos e os meios de comunicação, que assumiram a função de condutores políticos da oposição. Além disso, é preciso conviver com um certo terrorismo midiático moderno. As formas de atuação dos interesses do capital financeiro e das *constituencies* mudaram com o passar dos anos. A natureza das guerras, possivelmente, também. Hoje, assistimos a uma série de líderes mundiais e partidos políticos que utilizam amplamente as redes virtuais para construir a sua narrativa e intimidar opositores. Algumas dessas forças conservadoras constroem matrizes fortes de opinião pública sobre corrupção, minorias, incapacidade institucional e gestão econômica, promovendo o caos político e acentuando o discurso de ódio na sociedade.

Nesse contexto, a corrupção é o ponto que articula a ação dos meios de comunicação com o terceiro eixo do Triângulo das Bermudas do revés sul-americano: a justiça. Entramos na era da judicialização da política, do *law fare*.

A forma como o Poder Judiciário conduz suas investigações tem deixado muitas dúvidas quanto aos verdadeiros interesses dos magistrados. Além disso, garante à justiça um protagonismo inédito. No atual e polêmico caso brasileiro, o juiz federal Sérgio Moro, ex responsável por julgar a Operação Lava Jato² no país e atual Ministro da Justiça, vem protagonizando escândalos denunciados pelo site The Intercept Brasil desde o dia 9 de junho de 2019. Uma série de conversas e mensagens vazadas por uma fonte ao jornalista americano Glenn Greenwald apontam que Moro estaria articulando estratégias com outras instâncias judiciais (o que, juridicamente, produz nulidade e suspeição nos processos julgados), visando manobras políticas de largo alcance, como a condenação do ex-presidente Lula da Silva, um grande líder de mobilizações nacionais de esquerda e de classes populares no Brasil.

O lugar que a corrupção ocupa no debate público é central para definir seus efeitos na política e na sociedade, especialmente pelo seu potencial desagregador. Mais do que isso, fortalece as redes de comunicação e alimenta o protagonismo do judiciário, que muitas vezes não está preparado (ou isento), nem institucionalmente, nem doutrinariamente, para resolver muitos dos problemas que se colocam à frente. Nesse âmbito, os infortúnios da esquerda são grandes. Perde-se poder político, social, midiático e espaço internacional. A direita, ainda que não esteja no topo, vem acumulando poder político, amplas redes de comunicação e apoio empresarial, vias pelas quais tem conseguido reverter o projeto progressista na América do Sul.

Conclusão

Em síntese, apesar do esforço na consolidação de uma identidade sul-americana e na busca por interesses comuns, o século XXI tem sido marcado por uma pluralidade político-ideológica no continente, por vezes contraditórias. Países como Colômbia, Peru, Chile e México formaram, em 2012, a Aliança do Pacífico, centrada em um regionalismo aberto, destoando da estratégia de países como Venezuela, Equador e Bolívia, integrantes da Aliança Bolivariana

² A Operação Lava Jato é um conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina.

para os Povos da Nossa América (ALBA). Em outro eixo, os países do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai e, a partir de 2012, a Venezuela) embora se contraponham à Aliança do Pacífico, tampouco se alinham à ALBA (exceto a Venezuela). Em aspectos identitários, há, ainda, a Comunidade Andina (CAN), formada em 1969 e que hoje agrupa Peru, Bolívia, Colômbia e Equador, todos com forte identidade andina, mas bastante heterogêneos politicamente.

Regionalmente, as tensões são, ainda, agravadas pela complexidade interna de cada país, onde a fragmentação de grupos de interesses, identidades, culturas e visões de mundo se interpelam. Soma-se a isso um emaranhado de atores, que vão desde partidos políticos a empresas, grupos religiosos, refugiados, ambientalistas, povos indígenas, organizações feministas etc. Não há como negar que a América do Sul é um território em disputa (Vitale, 2016), com muitas questões – passadas e contemporâneas – que desafiam o continente.

O ciclo se mantém aberto, com momentos ascendentes e descendentes, independente de ideologia política. O avanço conquistado pelas classes populares e a descontinuidade do projeto progressista no continente sul-americano abre (e reabre) várias perguntas. Não se sabe ao certo para onde apontará o vetor da História, mas, evidentemente, os próximos passos dependem não só da interlocução entre a economia e os projetos político-sociais de cada país, mas da correlação de forças entre as outras variáveis anteriormente discutidas.

Muitos atores e grupos sociais não têm colaborado, definitivamente, para reavivar as esquerdas sul-americanas, mas tampouco significa que tenham se alinhado, em definitivo, à nova direita. Amplia-se, assim, as possíveis contradições e dúvidas sobre a longevidade da atual “maré azul” no continente. Sob a ótica do progressismo, não há coexistência pacífica. É preciso não virar às costas para a autocrítica construtiva, para o debate rigoroso acerca dos últimos anos e para o redesenho de novas estratégias de ação, não só como imperativo ético e intelectual, mas por necessidade política de avançar na retomada de projetos emancipatórios amplos e mais duradouros.

Referências

Bobbio, N. (1994). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, SP: Editora Unesp.

Carrega, I. (2008). Algunos instrumentos para el análisis de las luchas populares em la llamada historia reciente. In López Maya, M., Iñigo Carrera, N., y Calveiro, P., *Luchas contrahegemónicas y câmbios políticos recientes de América Latina*. Buenos Aires, BA: CLACSO.

CEPAL. (2014). *Pactos para la igualdad, Hacia un futuro sostenible*. Trigésimo Quinto período de sesiones de Cepal.

http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36692/6/LCG2586SES353s_es.pdf

Flax, S., Romano, S. & Vollenweider, C. (2016). *Golpes siglo XXI: nuevas estrategias para viejos propósitos. Los casos de Honduras, Paraguay y Brasil*. Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG). Acesso em: <https://www.celag.org/golpes-siglo-xxi-nuevas-estrategias-para-viejos-propositos-los-casos-de-honduras-paraguay-brasil-por-sabrina-flax-silvina-romano-y-camila-vollenweider/>

Linera, A. G. (2015b). *El proceso boliviano em clave regional*. II Encuentro Latinoamericano Progresista (ELAP). Quito.

Garcia, M. A. (2018). *A opção sul-americana: reflexões sobre política externa (2003-2016)*. Textos selecionados de Marco Aurélio Garcia. Bruno Gaspar, Rose Spina (Orgs.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo. IMAG 2018 (Coleção MAG).

Gramsci, A. (1975). *El materialismo histórico y la filosofía de B. Croce*, México, DF: Juan Pablos Editor.

Harvey, D. (2004). *El nuevo imperialismo. Acumulación por desposesión*. Em Socialist Register. Buenos Aires: CLACSO.

Hobsbawn, E. (1995). *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Hutchinson, J. (2005). *Nations as zones of conflict*. London: Sage. Conclusion, (p. 191-195).

Klachko, P. & Arkonada, K. (2017). *As lutas populares na América Latina e os governos progressistas: crises e desafios da atualidade*. São Paulo, SP: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo.

Lenin, V. (1975b). *El izquierdismo, enfermedad infantil del comunismo*. [ORIG. 1920] Em Obras Escogidas, Moscú: Editorial Progreso.

Marx, K. & Engels, F. (2011). *A ideologia alemã*. [ORIG. 1975.] São Paulo, SP: Martins Fontes.

Ominami, C. (2017). *Claroscuro de los gobiernos progressistas*. Santiago de Chile: Catalonia.

Pinheiro, L. & Lima, M. R. S. (2019). *O regresso conservador sulamericano*. In Boletim OPSA, n.1, jan./mar, (p. 4-5).

Ribeiro, R. J. (2019). *O Brasil depois da eleição de 2018*. In Revista Interesse Nacional. Ano 11, n. 44.

Saraiva, M. & Gavião, L. (2018). O declínio da esquerda na América do Sul: impactos na política regional e seus desafios. In J. Woischnik (Ed.), *Novos desafios da política na América do Sul e na União Européia* (p. 9-24). Rio de Janeiro, RJ: Konrad Adenauer Stiftung.

Vitale, D. 2016. *América do Sul: reflexões contemporâneas sobre cooperação, democracia e desenvolvimento*. Caderno CRH, Salvador, v.29, n. SPE 03 (p.9-12).